



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 01/2026



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA NOVE DE
JANEIRO DO ANO DE DOIS
MIL E VINTE E CINCO.**

----- No dia nove de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. Rui Pedro Madeira Vicente reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Dra. Marisa João Palma Ferreira Madeira, Daniela Lucinda Ferreira Bento Pereira e António José Gaspar Morgado. -----

----- Registou-se a falta do Senhor Presidente, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira por motivos de saúde. -----

----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

----- E sendo nove horas, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Muito bom dia a todos. Vamos dar início à primeira reunião de Câmara do ano de 2026. Começar por cumprimentar os Srs. Vereadores da Oposição, os Chefes de Divisão, os funcionários da Câmara e desejar a todos um Bom Ano. -----

----- Informar ainda que esta reunião será presidida por mim, em virtude do Sr. Presidente ainda estar em recuperação, pensamos e desejamos que na próxima já esteja presente. -----

R
W



----- Posto isto, questiono os Srs. Vereadores, se têm alguma declaração a fazer? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Bom-dia. Antes de mais gostaria de desejar um Bom Ano a todos, Executivo, técnicos e, extensivamente, a toda a equipa e a todos os colaboradores do Município. -----

----- Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores e Senhoras Chefes de Divisão, Senhores Técnicos. Trago hoje a esta reunião uma situação que considero grave do ponto de vista institucional, preocupante do ponto de vista democrático e inaceitável do ponto de vista da transparência administrativa. No passado dia 28 de novembro de 2025, apresentei um pedido formal de consulta de processo relativo a uma ação judicial envolvendo um então Vereador desta Câmara Professor Nuno Ferreira e o Município, relacionada com o pagamento de ajudas de deslocação. Esse pedido não foi feito por curiosidade, nem por capricho político. Foi feito com base num direito legal, exercido de forma legítima, fundamentada e responsável. A resposta que recebi, através do Ofício n.º 699, entregue em mão no dia 23 de dezembro, dia da última reunião de câmara, e no final da referida reunião, repito no final da dita reunião, deixame profundamente preocupado enquanto Vereador e enquanto cidadão. O Ofício em causa diz o seguinte, e passo a citar: -----

“Assunto: Pedido de Consulta de Processo.

Exmo. Sr. António José Gaspar Morgado,

Relativamente ao seu pedido de “consulta do processo da ação judicial que opôs o então Vereador da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira e o Município de Freixo de Espada à Cinta, cujo teor está relacionado com o direito ao recebimento das ajudas de deslocação pelo vereador referido nas suas deslocações entre Lisboa e Freixo de Espada à Cinta”, temos a informar como segue:

i) Contrariamente ao que seria de esperar, este Executivo não encontrou nos Arquivos do Município a cópia integral desse Processo, o qual esteve confiado à Sociedade de Advogados AAMM,

ii) Por essa razão, é impossível dar satisfação ao seu pedido;

Sem conceder,



i) Este Executivo teve conhecimento de que foi V. Exa. a processar o pagamento da quantia que foi recebida pelo atual Presidente da Câmara relativamente às ajudas de deslocação na sequência da Sentença de Homologação de Acordo proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela;

Por tal,

ii) Muito se estranha o seu pedido, na medida em que V. Exa., à data do processamento desse pagamento, nenhuma dúvida teve quanto à legalidade do mesmo.

Pelo exposto,

Afigura-se impossível dar resposta ao solicitado.

Caso V. Exa. assim o pretenda, será emitida Certidão Negativa atestando a inexistência desse Processo nos Arquivos do Município.

Melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente da Câmara Municipal

Dr. Rui Pedro Madeira Vicente

(Substituto legal do Senhor Presidente da Câmara Municipal) ”

----- Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras. O que é estranho é a incapacidade do executivo de distinguir o que é um eleito local, um colaborador do município e um prestador de serviços do município. O que é estranho é a capacidade de “atirar” responsabilidades para os outros quando os responsáveis pela gestão do município não são nem os seus colaboradores nem os prestadores de serviços. Estranho seria se um colaborador/prestador de serviços não obedecesse a uma ordem direta do executivo, dada por um coordenador de serviço. O que é estranho é a inabilidade do executivo de assumir as suas responsabilidades e procurar responder a situações incómodas responsabilizando os outros. Estranho é incapacidade de alguém em saber contar dias e ter dado resposta ao pedido efetuado por mim, dentro do tempo permitido por lei, ou seja, 10 dias uteis... Estranho é a habilidade de ludibriarem e atacarem as pessoas misturando um acordo que foi efetuado em tribunal e a emissão de um documento administrativo e contabilístico que dá uma ordem de pagamento. Aquilo que se passou é que não houve um juiz a decidir nada nem a dar razão a ninguém, apenas houve um acordo entre a então vice-presidente (mandatada pelo município) e o advogado do então Presidente, para que lhe fosse pago um determinado valor referente a ajudas de deslocação. A resposta dada pelo executivo não é aceitável. Não é aceitável que um Município declare não possuir documentação relativa a um processo judicial que: -----

W2



- Envolveu um membro do seu executivo, -----
- Produziu efeitos financeiros, -----
- E conduziu ao pagamento de dinheiros públicos. -----

----- Mesmo que o processo judicial tenha estado entregue a mandatários externos, a responsabilidade administrativa é sempre do Município. Não se governa por procuração, nem se arquiva a responsabilidade fora da casa. Se houve pagamentos, têm de existir: -----

- Deliberações, -----
- Despachos, -----
- Ordens de pagamento, -----
- Comunicações, -----
- E documentos financeiros. -----

----- A inexistência desses documentos — ou a alegação da sua inexistência — não resolve o problema: agrava-o. Mais grave ainda: não estamos perante um despacho fundamentado de indeferimento, mas sim perante uma resposta administrativa vaga, sem base legal clara, sem ponderação de interesses e sem respeito pelos deveres de transparência que a lei impõe. Isto não é apenas uma questão jurídica. É uma questão política e institucional. Um Município que responde desta forma: -----

- Fragiliza a confiança dos cidadãos, -----
- Desvaloriza o papel fiscalizador dos eleitos, -----
- E passa uma mensagem errada sobre a gestão da coisa pública. -----

----- Termino com uma pergunta simples, que deixo à reflexão de todos: Se um Vereador não consegue aceder a informação administrativa com relevância pública, o que resta então ao cidadão comum? É esta reflexão que devia hoje inquietar-nos. Muito obrigado. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Relativamente a esse processo, tal como foi referido no ofício enviado, o Município não possui nenhum processo relativamente a isso. Houve uma deliberação, na altura, uma proposta dos advogados de trazer a reunião de câmara, onde foi deliberado pelos Vereadores, também na altura do PSD, chegar ao acordo, uma vez que os próprios advogados entendiam e diziam que, na altura, Vereador Nuno Ferreira teria a razão relativamente a esse processo. Foi aprovado aqui em reunião de câmara, chegaram a acordo e o tribunal assim o decidiu, porque penso que na altura a Doutora estava também com esse processo, ainda não estava e foi decidido desta forma.



Relativamente àquilo que o Sr. Vereador estava a dizer de não ter acesso. Doutora, foi perguntado sobre o processo ao advogado, o advogado aquilo que disse é que o Município não possuía esse processo, uma vez que foi um acordo, mas a Doutora está mais dentro desse assunto. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO. ----

----- Não existe um processo integral, existem peças do processo, mas o processo integral não existe. A única coisa, se assim o entender, podemos solicitar cópia através do mandatário ao Tribunal. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Claro. Se é assim... -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Vocês é que sabem, eu a minha exposição já a fiz, Sr. Vice-Presidente peço desculpa estar a interromper, eu já fiz a minha exposição, já pus a minha preocupação, vocês é que sabem. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Muito bem. Vamos falar com o mandatário do processo e verificar que peças é que se conseguirão adquirir, para ver se fica este assunto sanado. -----

----- Posto isto, não sei se tem mais alguma coisa a dizer relativamente ao assunto? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Sim, relativamente a este processo, eu só quero terminar com isto e nem me vou incomodar mais, como é óbvio. O que está em causa é a clarificação de uma situação que nunca ficou clara, para mim,

R
M



pessoalmente nunca ficou clara e, pelos vistos aos olhos de muitos cidadãos, também não ficou, por isso me questionam por isso. E quem vai beneficiar ou não com isto, não sou eu, politicamente para mim é indiferente, se recebeu, se tinha direito a receber, se não tinha direito a receber. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Exatamente, tal como está a dizer e tal como foi proposto na altura em reunião de Câmara, o Presidente de Câmara não participou nessa votação, houve uma proposta dos advogados, tanto de uma parte como da outra, que o melhor era chegar a acordo, trouxe a reunião de Câmara, os Vereadores na altura do PSD votaram também a favor, era um assunto que tanto um advogado como o outro entendiam que tinha direito às deslocações. Nós aprovámos aqui em reunião de Câmara para entrar em acordo e a partir daí foi o processo normal, que depois também o acompanhou. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO. -----

----- Mas, se não me engano, tem uma homologação do Tribunal Administrativo? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- No acordo houve, como é óbvio, tem de haver. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO. -----

----- O Tribunal Administrativo concordou, portanto, penso eu que se... --

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Como é óbvio, mas o Tribunal Administrativo. -----



Handwritten signature

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO. -----

----- Se advém daí alguma situação, o Tribunal, o próprio Juiz poderia não querer homologar, estamos a falar do TAF, um Tribunal Administrativo. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Um Juiz em princípio, quando há acordo entre as partes, estamos a falar de um Tribunal Administrativo exatamente, não estamos a falar do Ministério Público. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Sr. Vereador, eu recordo-me do processo e o processo vinha tanto da parte do advogado do Município, como na altura da empresa que estava com esse processo, como do advogado, na altura Vereador, Nuno Ferreira, que o melhor era chegar ao acordo, uma vez que o próprio advogado da Câmara dizia, ou a tal empresa dizia que teria direito, trouxe-se a reunião de Câmara, foi aprovado em reunião de Câmara, foi enviado para o Tribunal, houve uma homologação do Tribunal, a partir daí desenvolveu-se o processo normalmente. Agora relativamente a peças, podemos tentar perceber com quem tem o processo, se é possível recuperar algumas peças, só para informar mais alguma coisa que possa estar a criar dúvidas ao Sr. Vereador. -----

----- Posto isto, não sei se querem dizer mais alguma coisa? Não havendo mais nada a dizer, passamos então à atividade municipal. -----

----- Estivemos presentes no acender da Fogueira do Galo, mais uma vez a população fez questão de dizer sim e estar presente, e mais um momento em que aproveitámos para desejar umas Boas Festas a toda a população, a todo o Concelho de Freixo, bem como aos nossos emigrantes e imigrantes.

----- Estivemos presentes na audição de Natal da Escola de Música da Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta, onde os alunos apresentaram o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses e onde mantivemos o compromisso de continuar a apoiar a nossa Banda. Dar aqui

Handwritten initials and signature.



os parabéns à sua Direção, ao seu Maestro, aos Professores e, claro, aos seus músicos e alunos pelo excelente trabalho que têm vindo a desenvolver.

----- Terminaram mais umas Férias Desportivas, estas de Natal, onde contámos com cerca de 40 crianças e onde proporcionámos momentos únicos a essas crianças. Agradecer a todos os Professores e Auxiliares envolvidos pelo trabalho desenvolvido durante este período com as nossas crianças. -----

----- Foram entregues os prémios dos concursos, “Montras de Natal”, “Iluminação de Natal - fachadas, portas e janelas” e “Vamos construir o Presépio”. A todos os participantes, muito obrigado por contribuírem, iluminarem e abrilhantarem o Natal de todos nós. -----

----- Posto isto, passamos então à ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia oito de janeiro do ano dois mil e vinte e seis que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Setecentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e quatro euros e oitenta cêntimos. -----

Dotações não Orçamentais – Sessenta e cinco mil, dez euros e cinco cêntimos. -----

ATA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia vinte e três de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco. ---

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes aprovar a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia vinte e três de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----

**01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL –
DECISÕES**



12
V2

----- **ALTERAÇÕES ORÇAMENTO DA DESPESA ANO: 2025 – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente para tomada de conhecimento a alteração permutativa n.º 14 do orçamento da despesa para o ano de dois mil e vinte e cinco, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da alteração supramencionada. -----

07 – EXPEDIENTE DIVERSO

----- **ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE LAGOAÇA – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Presente para efeitos de aprovação um pedido de apoio financeiro, de modo a fazer face às despesas com a realização da montaria, o qual foi acompanhado pela informação n.º 4 datada de 06/01/2026, subscrita pela Chefe de Divisão Administrativa e Financeira Dra. Andreia Bento e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Isto prende-se com a Associação de Caça e Pesca de Lagoaça, em que vem requerer um apoio para as duas montarias que vão ser realizadas uma já este fim-de-semana e a outra no 21. Além do apoio logístico que o Município dá, tal como temos proposto, eles não põem aqui o valor monetário, mas, tal como nos outros anos, o apoio que trazemos a proposta são 750,00€. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA BENTO.** -----

----- Só uma questão em relação a este ponto. Estes pedidos das Associações estão a cumprir os regulamentos, nós estamos a votar a favor, mas estão a cumprir os regulamentos das Associações na entrega da documentação que o regulamento exige? -----

R
W



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- O que está aqui é um apoio para o evento e sim, não é um apoio daqueles apoios anuais, é para a organização do evento. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA BENTO. -----

----- Então neste caso não é preciso? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Neste caso não, é para a organização destas duas montarias. Quando é um subsídio anual, aí é que tem de cumprir com o regulamento, com as atividades. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA BENTO. -----

----- Sim, a documentação das atividades. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Então colocava à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes, aprovar o montante pecuniário de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros). -----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS FIXOS – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: Presente a informação n.º 1, datada de 2026/01/05, subscrita pelo Coordenador Técnico Victor Gaspar e, que a seguir se transcreve. -----



“Em relação ao assunto em epígrafe e no âmbito da atividade autárquica, de uma forma recorrente, efetuam-se despesas urgentes e inadiáveis e de caráter excecional, cujo pagamento é feito no ato da compra.

Para este efeito, o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, SNC-AP, foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, o qual inclui, no seu anexo III, o Plano de Contas Multidimensional, aprovado pela Portaria nº 189/2016, de 14 de julho, prevê no ponto 118 o Fundo Fixo. Esta conta, usualmente também designada por “fundo de maneo”, destina-se a registar os movimentos relativos a dinheiro sob a responsabilidade de trabalhadores para pagar despesas de reduzido montante.

Debita-se:

a) Pelo valor inicial do fundo fixo (“fundo de maneo”), atribuído a uma direção, serviço ou divisão, por contrapartida da conta 12 Depósitos à ordem (constituição do Fundo Fixo);

A Norma de Controlo Interno em vigor no Município de Freixo de Espada à Cinta, estabelece a disciplina da constituição e gestão dos mesmos.

Assim sendo, solicita-se à Exm^a Câmara Municipal que delibere, no sentido de autorizar a constituição dos fundos fixos, a seguir designados, os quais ficam à guarda dos seguintes trabalhadores:

Nome: Liliana Maria Macias Gamboa

Classificações económicas:

02021301 – Deslocações e Estadas, no montante de 100,00€ (cem euros)

020121 – Outros Bens, no montante de 100,00€ (cem euros)

020225- Outros serviços, no montante de 400,00€ (quatrocentos euros)

Valor total do Fundo: 600,00 € (seiscentos euros)

Nome: António Júlio Preto Mesquita

Classificação económica:

020102- Combustíveis E Lubrificantes, no montante de 300,00€ (trezentos euros)

020112- Material de Transporte – Peças, no montante de 100,00€ (cem euros)

020225- Outros Serviços, no montante de 100,00€ (cem euros)

Valor total do Fundo: 500,00 € (quinhentos euros)

R
M



*COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)
FREIXO DE ESPADA À CINTA*

Nome: Aldina Maria Teixeira Massa

Categoria: Técnica Superior

Classificação económica:

020209- Comunicações, no montante de 52,00€

Valor Total do Fundo: 52,00 € (cinquenta e dois euros)

À consideração Superior.

O Coordenador técnico

(Victor Gaspar) ”

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Isto prende-se com os fundos de maneiio referentes aos funcionários Liliana Maria Macias Gamboa, António Júlio Preto Mesquita e Aldina Maria Teixeira Massa. O valor de fundo de maneiio, neste caso aqui da CPCJ são 52,00€ o valor total do fundo; no caso da Liliana são 600,00€; e no caso do Senhor Mesquita são 500,00€. Ponho então à votação. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Só uma pergunta, antes da votação. Aqui eu não tenho por hábito fazer considerações técnicas sobre os documentos, porque não é para isso que estamos cá, mas neste aqui, até porque pode haver aqui, eu compreendo e sei para o que é o documento em si, para a criação de fundos de maneiio. Contudo, as normas de controlo interno falam em fundos fixos e fundos de maneiio. Os fundos fixos de caixa são, essencialmente, e passo a citar, “Os fundos fixos de caixa destinam-se apenas à realização de trocos” e os fundos de maneiio, esses sim, para efetuar despesa, pronto. Acho que para que não houvesse dúvida, é se calhar a alteração desta situação de fundos fixos para fundos de maneiio, isto para nos salvaguardar a nós também. Queria só referir que a questão da legislação da constituição dos fundos de maneiio ainda está presa ao POCAL, ou seja, ainda vem do Sistema Contabilístico anterior e o SNC o que tem é, no seu plano de



Handwritten signature

contas multidimensional, como diz aqui, uma conta e não um ponto, que é o 11.8, é uma conta, não é um ponto, como diz à frente, esta conta que referem e onde estarão inscritos, em princípio, estes fundos fixos. É só para terem algum, não é cuidado, mas da próxima vez que venha cá, que venha, pelo menos, com a legislação correta. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. ANDREIA BENTO. ----

----- Isto, nós explicamos e temos aqui a designação do fundo de maneiio, que é um fundo de maneiio. O SNCAP, efetivamente, faz alusão aos fundos fixos e tem vindo sempre assim preparada, mas vou verificar, se assim for, no próximo ano corrigiremos. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Com certeza. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Vamos pôr então à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria com dois votos a favor dos Senhores Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Marisa Madeira, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado aprovar a informação em apreço. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a ata sob a forma minuta com vista a sua executoriedade imediata. -----



----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram nove horas e vinte e cinco minutos da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Vitor Manuel Glória Rute Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal

Dr. Pedro Edêzio Vicente

O Assistente Técnico

Vitor Manuel Glória Rute